

IF's, uma história por fazer-se e os caminhos da pesquisa

IF's, a story to be made and the ways of research

Recebido: 16/02/2021 | **Revisado:**
26/08/2022 | **Aceito:** 15/01/2023 |
Publicado: 18/07/2023

João Carlos Cichaczewski
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6325-5471>
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Catarinense
E-mail: joaacarlosic@gmail.com

Cloves Alexandre de Castro
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5383-6563>
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Catarinense
E-mail: cloves.castro@ifc.edu.br

Como citar: CICHACZEWSKI, J. C.;
CASTRO, C. A.; IF's, uma história por fazer-
se e os caminhos da pesquisa.
**Revista Brasileira da Educação
Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n.
23, p. 1-14, e12014, Jul. 2023. ISSN 2447-
1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

Este artigo revela os caminhos da pesquisa que originou a dissertação de mestrado “Cidadão para o mundo do Trabalho: Os IF’s e o projeto societário de desenvolvimento”, e o produto educacional “Uma História por fazer-se: o sentido da formação profissional nos IFs”, produzidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional Tecnológica da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, polo Blumenau, sediado no Instituto Federal Catarinense-IFC. O objetivo é contribuir com estudantes e pesquisadores na organização dos caminhos da investigação científica e o de divulgar a dissertação e o produto oriundos da nossa pesquisa, ferramentas para a compreensão e defesa desta política pública de Estado materializada nos Institutos Federais.

Palavras-chave: Institutos Federais; Políticas Públicas; Estado.

Abstract

This article reveals the paths of the research that led to the master's thesis “Citizen for the world of Work: The IF's and the society's project of development”, and the educational product “A History to be made: the meaning of professional training in the IFs”, produced within the scope of the Graduate Program in Technological Professional Education of the Federal Network of Professional Scientific and Technological Education, Blumenau center, based at the Federal Institute of Santa Catarina-IFC. The goal is to contribute with students and researchers in the organization of scientific research pathways and to disseminate the dissertation and the product derived from our research, which are tools for the understanding and defense of this public policy of State materialized in the Federal Institutes.

Keywords: Federal Institutes; Public policy; State.

1 INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), política pública do campo da educação e da pesquisa, criados pela lei 11.892, no final do ano de 2008, têm como prioridade a formação profissional e de nível médio de jovens, por meio da oferta da modalidade de ensino médio integrado à educação profissional. Eles têm por finalidade contribuir com a promoção do avanço técnico e tecnológico no país, através de políticas de pesquisa e extensão. Também objetivam formar professores, mediante oferta de licenciaturas, e qualificar jovens e adultos por intermédio de cursos específicos para esses públicos, como Educação de Jovens e Adultos e Subsequentes de qualificação profissional. Os Institutos Federais estão autorizados a ofertar cursos de pós-graduação *lato-sensu* e *stricto-sensu*, equiparados às universidades e são a realização de experiência singular no campo do ensino e da pesquisa, ao possibilitar reunir no mesmo espaço territorial os níveis de ensino da educação fundamental à pós-graduação *stricto-sensu* nos níveis de mestrado e doutorado.

Por se tratar de uma política pública relativamente recente e que produz grandes inovações, há ainda inúmeras incompreensões sobre os objetivos e concepções dos IFs, especialmente entre aqueles que estão diretamente vinculados à sua realização: servidores docentes e técnico-administrativos. Pacheco enumera 5 desses elementos inovadores na criação dos IFs em comparação com as políticas de EPT desenvolvidas até então, são elas:

[...] a. A verticalidade, atuando em todos os níveis do ensino; b. A certificação de saberes não formais, rompendo com a hierarquia de saberes e o academicismo; c. A formação de professores em uma instituição técnica/tecnológica; d. A capilaridade e a adequação aos arranjos produtivos; e. O compromisso com as políticas públicas (PACHECO, 2015, p. 12).

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação no período de criação e implementação dos IFs, Pacheco deixa clara sua postura em relação aos projetos anteriores:

Recusamo-nos a formar consumidores no lugar de cidadãos, a submeter a educação à lógica do capital, colocando o currículo como instrumento do simples treinamento de habilidades e técnicas a serviço da reprodução capitalista (PACHECO, 2015, p.08).

Porém, essas inovações estão distantes de serem efetivadas por conta da ausência, até o momento, de uma identidade que produza a compreensão da missão dos IFs no imaginário daqueles que estão na ponta da execução dessa política pública. Sobre isso, Frigotto (2018) aponta que:

O que se pode afirmar certamente é que os IFs ainda não constituíram uma identidade similar ao que definia a RFEPCT e, mesmo, a rede de CEFETs. Por ora, sua identidade é apenas jurídica e administrativa, cujos traços comuns são formalmente a verticalidade e o status de universidade (FRIGOTTO, 2018, p. 136).

Não há dúvidas sobre o fato de que a implantação dos Institutos Federais foi um marco histórico nas políticas públicas do Estado Brasileiro com relação à formação profissional, técnica e tecnológica. Nunca antes na história do Brasil houve uma expansão e interiorização tão grande de uma política pública voltada para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Do mesmo modo, os IFs são uma experiência singular no que diz respeito ao seu projeto político-pedagógico, que retoma a integração do ensino profissional com a formação geral.

Dessa forma duas questões se colocam. Primeiramente é preciso entender o processo histórico, que culmina na criação dos IFs, no que diz respeito aos objetivos e concepções das forças político-sociais que comandaram esse processo. Não é possível compreender o produto sem um movimento anterior de apreensão das determinações que o produziram. Nesse sentido, localizamos nosso objeto no contexto de uma conjuntura singular, quando determinado projeto societário chega à direção do Estado brasileiro. Esse projeto apresenta compreensões e objetivos desenvolvidos no decorrer da história e que representam os fundamentos das políticas que desenvolve. Portanto, sendo o todo o contendor das partes e a parte veículo de realização do todo, torna-se fundamental a compreensão do projeto que funda a realização de determinada política pública.

A segunda questão é o problema da efetivação dessa política pública. Isso é discutido por Pacheco (2015, p.39), que admite a importância em se “distinguir os ideais para os quais os Institutos foram criados, da realidade que neles se concretiza”. Frigotto (2018, p. 135) aponta para o fato de que “a expansão rápida dos IFs abriu espaço para centenas e centenas de concursos públicos”, porém “há casos em que empregados nos IFs continuam fazendo concursos em busca de um espaço profissional que avaliam que lhes dá mais futuro” (FRIGOTTO, 2018, p.136). Nesse sentido, há um problema concreto de que uma nova institucionalidade foi criada sem, todavia, prover a formação dos sujeitos que a executam. Grande parte dos docentes e técnico-administrativos que trabalham hoje nos IFs desconhecem a origem e a missão a que essas instituições se propõem.

É importante pontuar com isso que não foi o nosso objetivo com a pesquisa de dissertação de mestrado que deu origem a este artigo e ao produto educacional, resolver o problema da institucionalização dos IFs. Mas, a partir dos elementos fundadores dessa política pública, procuramos promover uma reflexão crítica sobre o papel da EPT na sociedade brasileira no passado e no presente, de modo a subsidiar a discussão da forma e conteúdo dessa política educacional sem prescindir de suas próprias contradições.

Dessa forma, nosso objetivo geral foi o de analisar os fundamentos teóricos e políticos da política pública consubstanciada nos IFs. Enquanto nossos objetivos específicos foram a problematização das políticas de EPT desenvolvidas pelo Estado brasileiro no decorrer da história e aquelas desenvolvidas a partir de 2003, destacando: 1. Análise dos diferentes aspectos relativos ao projeto de sociedade que

se pretendia colocar em curso em cada período; 2. Análise do projeto político ao qual essa nova política de EPT está vinculada e a relação que esse projeto faz com aspectos sociais e econômicos que fundamentam a sociedade brasileira; 3. Identificação das continuidades e descontinuidades presentes na política de EPT desenvolvida pelo Estado brasileiro a partir de 2003 em comparação com os objetivos e concepções apresentados pelo projeto societário desse período; e, por fim, 4. Desenvolvimento de um produto educacional no formato de e-book a ser disponibilizado aos servidores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo a análise e interpretação dos dados coletados através de questionário aplicado a docentes do Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional (ProfEPT), quando estes puderam avaliar o produto educacional a partir dos critérios de classificação de livros propostos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Segundo Ciavatta, “metodologicamente, a pesquisa em Educação Profissional deve ter essa visão de totalidade dos fenômenos para não ser apenas uma descrição ou levantamento de dados” (2022, p. 11). Assim, como forma de desenvolvimento da nossa pesquisa, a dividimos metodologicamente em 4 etapas: a) revisão bibliográfica; b) definição do produto educacional; c) elaboração do produto educacional; e, d) aplicação e avaliação do produto educacional.

A primeira etapa esteve voltada para promover a aproximação do sujeito ao objeto de forma a explicitá-lo e com isso constituir hipóteses sendo, portanto, de caráter exploratório. Com relação aos procedimentos técnicos que foram utilizados, o trabalho assume a qualidade de pesquisa bibliográfica. Como base metodológica para elencar as fases da pesquisa, utilizamos a estrutura proposta por Gil:

a) escolha do tema; b) levantamento bibliográfico preliminar; c) formulação do problema; d) elaboração do plano provisório de assunto; e) busca das fontes; f) leitura do material; g) fichamento; h) organização lógica do assunto; e, i) redação do texto (GIL, 2002, p. 59).

A fase de definição do tema a ser abordado foi a primeira a ser feita e foi considerado, em diálogo com o orientador, a proximidade e interesse do mestrando com o tema. A partir disso foi possível desenvolver os assuntos que foram abordados e, na sequência, estabelecer uma bibliografia preliminar a ser consultada e selecionada de acordo com a relevância para a pesquisa. No processo de aproximação entre o tema e a bibliografia pôde-se definir então o problema a ser respondido por meio daquele trabalho. Dessa forma, nosso procedimento analítico contou com a elaboração do pré-projeto ou do chamado plano provisório de assunto (GIL, 2002, p. 63).

Após as correções e contribuições advindas do momento de socialização dos pré-projetos entre os membros da turma de pós-graduação e do corpo docente do curso, foi possível a busca das fontes, que foram divididas em: 1. Obras de Referência; 2. Periódicos Científicos; 3. Teses e dissertações; 4. Anais de encontros científicos; e, 5. Periódicos de indexação e resumo. A busca foi realizada utilizando os repositórios online de periódicos, teses e dissertações e também as bibliotecas convencionais do Instituto Federal Catarinense (IFC), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Com o material em mãos foi iniciada a etapa de leitura, que teve uma primeira fase seletiva, quando foram definidos os trabalhos pertinentes à temática proposta e descartados aqueles que não tinham relevância para a pesquisa. A segunda fase consistiu na análise e ordenamento das informações pertinentes contidas nas fontes, identificando as ideias-chave, hierarquizando-as e sistematizando-as. A última parte da etapa de leitura das fontes compreendeu a leitura crítica e interpretativa, quando relacionamos o pensamento do autor com o objeto em questão.

Após a leitura de cada uma das fontes selecionadas, incorremos no processo de tomada de registro através de fichamentos, que foram organizados em dois grupos: 1. Fichas bibliográficas, que contém registros *ipsis literis* para possível citação no trabalho; e, 2. Apontamentos gerais, quando foram registradas anotações gerais sobre o conteúdo das fontes que vieram a subsidiar as reflexões em torno do objeto pesquisado. Com toda a documentação reunida durante o processo e os fichamentos das fontes concluídos foi possível iniciar a organização lógica do trabalho que, por sua vez, permitiu a redação do texto do projeto final.

Realizamos a pesquisa procurando em todas as etapas pistas que nos levasse à proposição de um produto educacional que pudesse contribuir em alguma medida com a resolução dos problemas que observáramos. Nesse sentido, logo de início observamos que havia um problema formativo colocado em relação à compreensão dos servidores envolvidos na execução da política pública pesquisada e os fundamentos teóricos-político próprios dessa política. Por isso, num primeiro momento trabalhamos com a intenção de desenvolver um curso de formação voltado para esse público. Porém, ao verificarmos as possibilidades de aplicação desse produto para posterior avaliação, nos deparamos com processos burocráticos que estourariam nossos prazos para finalização. Dessa forma passamos a trabalhar no sentido de produzir um *e-book* voltado para o mesmo público, mas que teria mais condições de ser aplicado e avaliado dentro dos prazos estipulados pelo curso de mestrado.

A produção dos capítulos contidos no *e-book* foi iniciada logo após o projeto ter sido qualificado pela banca avaliadora e foi realizado a partir do material reunido durante a fase de revisão bibliográfica. O produto educacional foi dividido em 5 capítulos que apresentam respectivamente: a) introdução à temática abordada, no sentido de apresentar os aspectos relativos à aparência mais imediata do objeto; b) breve resgate histórico, procurando situar o objeto em uma escala temporal; c) aquilo que observamos ser a estrutura teórico-política do nosso objeto; d) uma observação mais aproximada da dinâmica de desenvolvimento do objeto; e, e) nossas conclusões acerca do assunto.

Como forma de verificar a aplicabilidade de nosso produto educacional, optamos por submetê-lo à avaliação da coordenação geral e dos coordenadores de polos do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional (ProfEPT), totalizando uma população de 41 pessoas, que responderiam de forma anônima. A avaliação foi enviada para o e-mail dos respectivos coordenadores e foi dado um prazo de 45 dias (de 17/02/2020 à 31/03/2020) para o recebimento das respostas. Porém, como até o dia 19/03/2020, 12 dias antes do final do prazo, havíamos recebido apenas 3 respostas, achamos por bem ampliar o leque de avaliadores. Nesse sentido, enviamos o produto e o formulário de avaliação também a professores do programa de mestrado EPT e pesquisadores reconhecidos na área. A escolha dos sujeitos para realização dessa etapa da pesquisa se deu com base nos critérios de maior proximidade com a temática abordada e de familiaridade com os objetivos do programa em relação à proposição de um produto educacional.

Os critérios de avaliação do produto foram definidos de acordo com o roteiro para classificação de livros aprovado na 111ª reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Dessa forma, foi disponibilizado aos avaliadores um formulário online contendo 13 questões fechadas e 1 questão aberta.

Nas questões fechadas os participantes da pesquisa deveriam atribuir notas de 1 a 5 (onde 1 significava que o autor não atingiu o objetivo em nenhum grau e 5 significa que atingiu completamente o objetivo) de acordo com o enunciado da questão. Essa parte do formulário teve por objetivo avaliar aspectos de relevância, inovação e impacto do produto educacional. No que se refere à relevância do trabalho, foi sugerido aos avaliadores os seguintes critérios de análise: a) contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico da área de conhecimento; b) contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes; c) atualidade da temática; d) clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados; e) rigor científico (estrutura teórica); f) precisão de conceitos, terminologia e informações; g) senso crítico no exame do material estudado; h) bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento; i) qualidade das ilustrações, linguagem e estilo. Com relação aos aspectos inovadores do produto, os critérios foram os seguintes: a) originalidade na formulação do problema de investigação; b) caráter inovador da abordagem ou dos métodos adotados; c) contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas. E com relação à potencialidade de impacto, os participantes foram chamados a avaliarem os possíveis usos do produto educacional no âmbito acadêmico e fora dele.

A questão aberta teve o intuito de possibilitar aos avaliadores a oportunidade de se posicionarem sobre questões que ficaram omissas nas questões fechadas. Para isso foi solicitado que os participantes redigissem um texto livre, de até 30 linhas, destacando elementos não abordados nas questões fechadas, suas impressões sobre a obra e possíveis alterações que julgassem necessárias.

Ao final, foram gerados gráficos e tabelas que possibilitaram ao pesquisador sistematizar as avaliações vindas da população designada. A análise dos dados coletados a partir da metodologia aqui demonstrada estão apresentadas nas próximas páginas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A população total a qual submetemos nosso produto educacional para avaliação, como visto anteriormente, foi de 41 pessoas, no entanto obtivemos apenas 8 respostas. A presente análise de dados se deu a partir das respostas recebidas.

O primeiro aspecto a se analisar foi a baixíssima participação dos coordenadores do ProfEPT. Se considerarmos que todas as respostas recebidas vieram de coordenadores (o que tem grande probabilidade de não ser verdade, pois o questionário foi submetido também a pesquisadores da área que não são coordenadores), ainda assim a participação não atinge a 20% do total possível. São muitos os fatores que podem ter levado a essa situação: período total para avaliação muito curto; no meio do período houve carnaval; começo de semestre; primeiras medidas de distanciamento social por conta da pandemia da COVID-19 se iniciaram em 16/03/2020; estado de calamidade pública decretado em todo território nacional em 20/03/2020; etc. Porém, um dado nos chamou a atenção: recebemos apenas 6 manifestações por e-mail dizendo da possibilidade ou impossibilidade de responder o questionário, sendo que apenas 1 dessas foi no sentido de relatar dificuldades em participar da avaliação. Isso nos leva a crer que houve, por parte dos coordenadores de polo do ProfEPT, no mínimo uma omissão com relação aos debates que estão sendo produzidos pelo programa. De certa forma, essa baixa participação aponta uma tendência nos próprios limites do programa (que se pretende em rede) que Frigotto já observava no contexto mais amplo da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia:

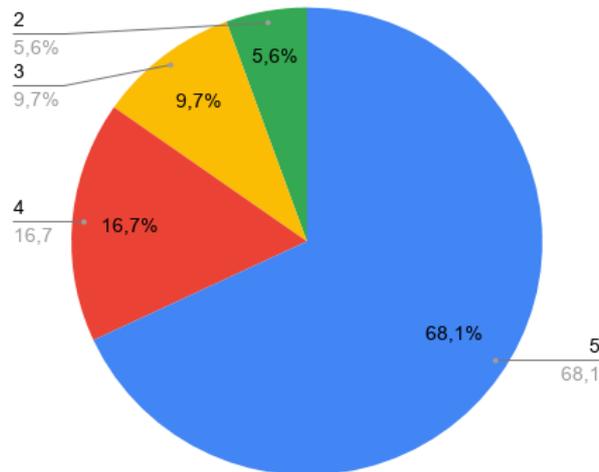
Os IFs, pela junção de instituições de culturas muito diversas, pela amplitude de níveis e modalidades de ensino e outros programas, pela pesquisa e extensão, pela nova regionalização e pelos novos quadros, encontram dificuldade para definir sua nova institucionalidade e, como tal, sua identidade como uma rede é apenas formal (FRIGOTTO, 2018, p.147).

Com relação ao conteúdo das respostas recebidas, dividimos a exposição da nossa análise em dois momentos: o primeiro, de acordo com dados observados nas respostas às questões fechadas; e o segundo, de acordo com as manifestações recebidas na questão aberta. O primeiro momento ainda foi subdividido de acordo com os critérios avaliados: 1. Relevância (9 questões); 2. Inovação (3 questões); e, 3. Impacto (1 questão). E o segundo momento subdividimos entre pontos fortes e pontos fracos.

As respostas recebidas nas questões fechadas poderiam variar de 1 a 5, de acordo com a avaliação do participante sobre o critério proposto, quando: 1 é o equivalente ao produto não ter atendido o critério em nenhuma medida; 2 equivale a não ter atendido na maior parte; 3 significa que o critério foi atendido e não atendido na mesma proporção; 4 considera que o critério foi atendido na maior parte do produto; e, 5 que o produto atendeu completamente o critério analisado. A seguir, apresentamos uma análise mais geral das avaliações contabilizadas.

No que se refere ao critério de relevância, 68,1% dos participantes avaliaram que o produto atendeu completamente, 16,7% entenderam que atendeu na maior parte, 9,7% observaram que há relevância na mesma proporção que não há e, 5,6% analisaram que a maior parte do produto não foi relevante (ver Gráfico 1). Sendo assim, de acordo com a manifestação da ampla maioria dos participantes, consideramos que esse critério foi atingido pelo produto educacional proposto.

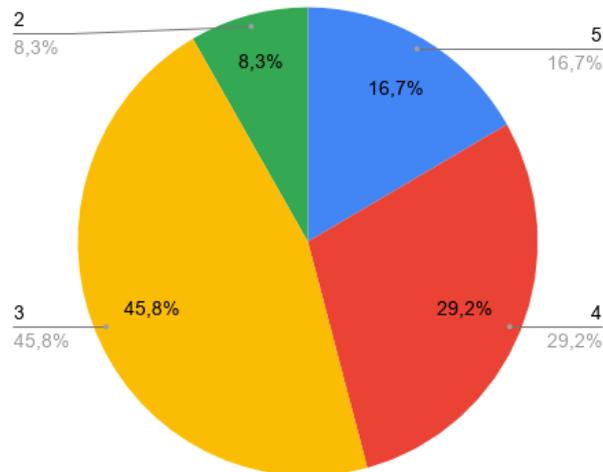
Gráfico 1: Relevância do Produto



Fonte: elaboração própria

Com relação ao critério de inovação, a avaliação de 16,7% dos participantes foi a de que o produto atendeu completamente a esse critério, 29,2% observaram que atendeu na maior parte, 45,8% entenderam que o produto foi inovador na mesma proporção em que não foi e, 8,3% verificaram que não houve inovação na maior parte do produto (ver Gráfico 2). Dessa forma podemos concluir que há, em alguma medida, aspectos inovadores no produto, seja com relação à originalidade na formulação do problema, ao caráter inovador da abordagem e dos métodos ou mesmo com relação à contribuição inovadora para o campo de conhecimento. Cabe destacar que essa medida da inovação, de acordo com as respostas recebidas em sua ampla maioria, não é menor que a medida de aspectos não inovadores.

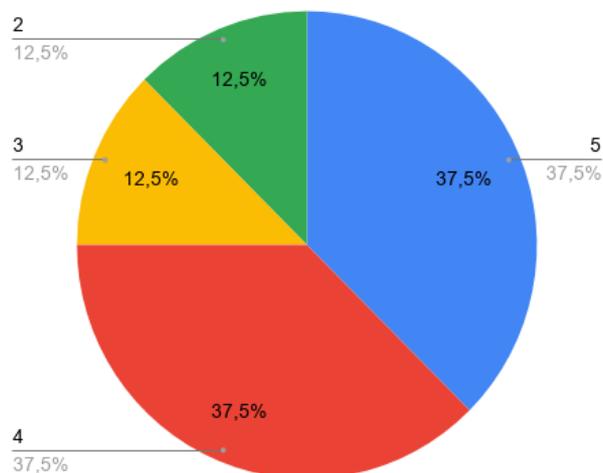
Gráfico 2: Inovação do Produto



Fonte: elaboração própria

Por fim, ao serem convidados a avaliar o critério de impacto do produto educacional desenvolvido em nossa pesquisa, 37,5% dos participantes analisaram ser completamente possível a sua utilização no âmbito acadêmico e fora dele. Outros 37,5% observaram que em grande medida o produto poderá ser utilizado. Enquanto 12,5% avaliaram que a potencialidade de impacto do produto é proporcional à sua incapacidade, outros 12,5% entenderam que na maior parte do produto não há potencialidade de impacto (ver Gráfico 3). Assim sendo, considerando a posição da maioria das respostas, julgamos que o produto educacional avaliado tem grande potencialidade de impacto no que diz respeito à sua utilização no ambiente acadêmico e fora dele.

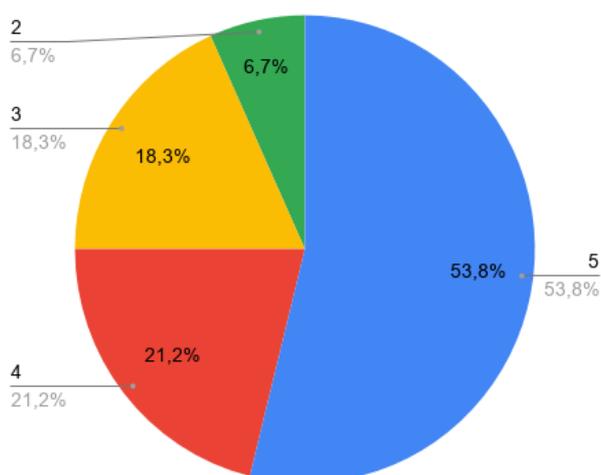
Gráfico 3: Potencialidade de Impacto do produto



Fonte: elaboração própria

Ao observarmos a totalidade das respostas dos participantes às questões fechadas, percebemos que o produto recebeu nota 5 em 53,8% das respostas, nota 4 em 21,2%, nota 3 em 18,3% e nota 2 em 6,7% das ocorrências (ver Gráfico 4). A nota 1 não foi atribuída nenhuma vez. Dessa maneira, consideramos que, em geral, o produto educacional foi avaliado positivamente e obteve um desempenho satisfatório com relação aos critérios avaliados.

Gráfico 4: Totalidade das respostas às questões fechadas



Fonte: elaboração própria

Passando ao segundo momento da apresentação de nossa análise acerca da avaliação do produto educacional, dividimos a exposição entre pontos forte e pontos fracos relatados nas respostas recebidas. Recebemos duas respostas sem conteúdo relevante: uma completamente em branco e outra contendo apenas “nada a declarar”. Portanto não iremos considerá-las nessa parte da análise.

O ponto forte que mais se destacou nas respostas foi com relação à redação do e-book. Esse aspecto foi apontado em 5 das 6 respostas consideradas que salientaram também a clareza da linguagem utilizada, a boa estruturação e a concisão dos argumentos. A avaliação positiva também é destacada com relação à contribuição e relevância da temática abordada, que ocorreu em 4 respostas. Em 3 respostas os avaliadores parabenizaram o autor pelo trabalho e em uma houve avaliação positiva com relação à bibliografia utilizada. Houve ainda manifestações positivas com relação à adequação do produto às finalidades do curso e com relação à possibilidade dele ser usado como fonte em futuras pesquisas na área.

Uma questão em especial merece destaque: em uma das respostas o avaliador aponta como aspecto a ser reconsiderado o fato de estar contida no produto claramente a posição do autor com relação a políticos e governos. Outro avaliador destaca a mesma questão, porém atribuindo-lhe caráter positivo. O primeiro propõe amenizar as críticas, restringindo-as àqueles presentes nas citações apresentadas no

decorrer do texto. Já o segundo afirma que “tal posicionamento é coerente com a forma como todo o texto é conduzido”. Com relação a isso, salientamos que todas as críticas apresentadas no texto, especialmente em sua parte final, apesar de haver citações diretas, são fundamentadas em circunstâncias factuais de amplo conhecimento. Dessa forma, consideramos que não há necessidade de adequação desse quesito no produto.

Outra sugestão de alteração que ocorreu foi com relação ao excesso de texto corrido. O avaliador julgou que a inserção de imagens e esquemas pudesse aguçar mais a leitura, considerando o público para quem o produto foi pensado. Destacamos que essa foi uma preocupação considerada durante o período de elaboração do produto. Porém, ponderando sobre as etapas pelas quais o produto ainda passaria em seu processo de avaliação, julgamos ser melhor deixar as questões de ordens estética e gráfica para a versão final do produto, de modo que não houvesse retrabalho com relação a isso. Dessa forma, a versão recebida pelos avaliadores não contou com ilustrações e com uma diagramação que tornasse a leitura mais prazerosa por opção metodológica dos propositores que considerarão esse quesito para a versão final.

Foram assinaladas também duas lacunas presentes no texto: uma com relação à participação de empresários nas formulações acerca das políticas de EPT durante o período estudado; e, outra, no que se refere à relação entre a particularidade das políticas educacionais e a totalidade expressa nas políticas públicas em geral. Sobre essa última, o participante orienta o estudo das obras de Antônio Gramsci e Nicos Poulantzas. Cabe salientar a indubitável importância dessas duas sugestões para o trabalho. Porém, consideramos que já não havia mais tempo hábil, considerando os prazos do programa, para a abertura de mais essa frente de pesquisa. Nesse sentido, as propostas serão atendidas em trabalhos futuros.

Por fim, mas não menos importante, foi questionada a ideia de um contraponto entre funções supostamente mais populares dos IFs e mais elitistas das Universidades. O participante avaliou que há mais contradição que dicotomia nessa relação, não se podendo atribuir um ou outro adjetivo a uma ou outra instituição. Diz ainda que essa posição foi ideologicamente interessante aos conservadores e ao pensamento empresarial. Ressaltamos que, sobre isso, não se trata da opinião do autor, mas daquilo que observamos nas bibliografias consultadas, especialmente em Pacheco (2015) e Frigotto (2018). Dessa forma, não acreditamos ser possível alterar como essa questão é abordada no produto. Porém, nos comprometemos a estudá-las mais em trabalhos futuros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao final do estudo podemos manifestar com convicção que os IFs são um produto, mesmo que de forma indireta e contraditória, das experiências de lutas – relativamente recentes – da classe trabalhadora brasileira. No campo das políticas educacionais e, em especial, das políticas em EPT, a concepção estratégica produzida por essas experiências de luta identifica um grande *déficit* educacional por parte da classe trabalhadora brasileira. Esse *déficit* é bem representado pela dificuldade, ou mesmo impedimento, ao acesso desses trabalhadores ao

conhecimento humano acumulado. A proposta de integração do ensino médio ao ensino técnico, nesse sentido, desponta como uma possibilidade de, por meio de políticas públicas específicas para esse fim, seja possível a superação dessa realidade. Os IFs, então, apresentam-se como uma experiência síntese desse movimento, materializado nos dois eixos que se constituem como seus objetivos principais: uma formação cidadã voltada à inclusão e à cultura democrática; e, a contribuição para um desenvolvimento econômico local, regional e soberano.

Porém, esse processo não se deu livre de contradições. No decorrer da pesquisa pudemos observar um grande contraste entre a implantação dos IFs e aquilo para o qual foram pensados. Destaca-se o trâmite formal da criação dos IFs, por meio da aprovação da Lei nº 11.892/08, que ocorreu com pouca ou nenhuma discussão aprofundada nas instâncias do Estado brasileiro, sendo deixados muitos aspectos incompletos da nova política para que as próprias instituições resolvessem. Essa resolução não aconteceu, pois não houve nenhum tipo de diálogo com os servidores das antigas instituições que deram origem a esta nova institucionalidade. Bem como faltou uma formação adequada para os novos servidores que ingressaram após a implantação desta política pública. Esse processo caracterizou-se por um aligeiramento dos debates e pelo excesso de centralização e verticalização das decisões de governo, que impunham incumbências às novas instituições sem que elas tivessem o mínimo preparo para executá-las de forma qualificada. A formação para uma cultura democrática, um dos objetivos dos IFs, parece ter passado ao largo do processo de implantação dessas instituições.

Contudo, ao examinarmos as políticas públicas de EPT desenvolvidas pelo Estado brasileiro no decorrer da história, constatamos uma ruptura no sentido dessas políticas quando comparadas aos IFs, em dois aspectos centrais: uma expansão de quase 500% da oferta de vagas nessa modalidade educacional; e, uma alteração substancial nos objetivos dessas políticas, que passaram a construção da cidadania com vistas a uma transformação social entre suas finalidades.

Nossa hipótese inicial foi a de que essas mudanças guardavam alguma relação com o projeto societário que ocupava a direção do Estado brasileiro no momento de sua implementação. Nesse sentido, pudemos verificar os fundamentos teóricos-político dessa ruptura no exame dos processos políticos ocorridos no Brasil a partir dos anos finais da década de 1970, marcados por vertiginosa ascensão da capacidade organizativa da classe trabalhadora brasileira e pela derrocada do regime ditatorial implantado no país a partir de um golpe de Estado, levado a cabo por militares em aliança com setores do empresariado brasileiro e apoiado pelo imperialismo, ocorrido em 1964. Assim, acreditamos termos confirmado nossa hipótese.

Como forma de contribuir com o processo de compreensão dos servidores dos IFs, sobre a história e os pressupostos desta instituição, desenvolvemos um produto educacional no formato de *e-book* que foi submetido à avaliação dos coordenadores de polos do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional (ProfEPT), de professores do programa e pesquisadores reconhecidos da área de EPT. O produto está dividido em cinco capítulos que apresentam a síntese de nossa investigação. O *e-book* foi avaliado positivamente pela ampla maioria dos avaliadores, notadamente nos critérios de

relevância, inovação e impacto. Dessa forma, em nossa percepção, o objetivo do trabalho foi atingido.

Ao final do trabalho verificamos que, com relação à supracitada expansão das políticas públicas em EPT, tratamos dos números relativos a este processo de forma fria. Faltou ainda um exame mais preciso no sentido de verificar de fato o que esses números representam, tendo em vista os objetivos que pretendiam atingir. Dessa forma, ainda ficaram em aberto algumas questões que julgamos importantes, como: o que foi central para a definição dos locais onde seriam abertas novas escolas? O que pesou mais, o caráter estratégico da região ou a conveniência política? Com relação aos cursos ofertados por essas escolas, quais foram os critérios utilizados na definição de suas ofertas? Enfim, questões às quais não tivemos tempo hábil de desenvolver na pesquisa, mas que consideramos adequadas no sentido de enriquecer nosso objeto de pesquisa e que ficam como sugestão para trabalhos futuros.

No processo de avaliação de nosso produto educacional, também foram levantados aspectos relevantes para o enriquecimento do nosso objeto os quais, não pudemos abordar naquele trabalho, mas que também se conformam como sugestões para trabalhos futuros. Destacamos a necessidade de investigação mais detalhada sobre as disputas ocorridas em torno do projeto de implantação dos IFs, em especial a influência de empresários na formulação dessa política. Assim como também a exigência de um debate mais aprofundado sobre a relação entre a totalidade das políticas públicas de Estado e as particularidades das políticas educacionais. Por último, salientamos ainda um aspecto pouco esmiuçado em nossa pesquisa, que diz respeito ao eventual caráter elitista da forma universidade no Brasil e um possível caráter mais popular contido no projeto dos IFs. Trata-se de questões que julgamos muito relevantes, porém, não conseguimos dar conta no decorrer de nosso trabalho.

Destarte, o aprendizado obtido através das investigações que realizamos, nos encaminha para a convicção mais sólida da necessidade da defesa desta política pública que se concretiza nos IFs sem, contudo, deixar de lado a indispensável crítica às falhas que ocorreram no desenrolar do processo e que se reproduzem dialeticamente no fazer cotidiano da instituição por meio de seus agentes e atores. É preciso defender e aprofundar o projeto de integração do ensino médio ao ensino técnico, como forma de entregar à classe trabalhadora brasileira em formação os pressupostos epistemológicos das técnicas apreendidas neste processo. Estamos convencidos da premência de defender que esse projeto se expanda ao máximo, especialmente nas regiões brasileiras com maior *déficit* produtivo. Assim como também é preciso defender a ampliação das vagas nessa modalidade como forma de ampliar o acesso, por parte das classes trabalhadoras, ao conhecimento humano produzido e acumulado socialmente no transcorrer da história.

REFERÊNCIAS

Clavatta, Maria. O materialismo histórico e a pesquisa em educação profissional. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 1, n. 22, p. 1–15, e13896, Abr. 2022. ISSN 2447-1801.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Indeterminação de identidade e reflexos nas políticas institucionais formativas dos IFs. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LPP-UERJ, 2018. Cap. 6. p. 125-149.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos políticos-pedagógicos dos Institutos Federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal/RN: Editora IFRN, 2015.